



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 638668 - DF (2021/0001497-2)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL  
**ADVOGADOS** : FERNANDO ANTÔNIO CALMON REIS - DF008161  
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS  
TERRITÓRIOS  
**PACIENTE** : THAWANE JHENNEFER BORGES DA SILVA (PRESO)  
**CORRÉU** : GABRIELA DE JESUS RODRIGUES  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E  
TERRITÓRIOS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de THAWANE JHENNEFER BORGES DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (Agravos em Execução Penal n. 0745367-39.2020.8.07.0000).

A paciente foi condenada à pena de 15 anos, 3 meses, e 10 dias de reclusão, pelos crimes de furtos e roubos.

A impetrante sustenta que "no caso em concreto, a excepcionalidade foi demonstrada, tendo em vista que a ora paciente possui filha menor e genitora, que apresenta transtornos psiquiátricos com tendências suicidas e se encontra sobrecarregada pelos cuidados dos netos, conforme informado pelo relatório técnico da equipe psicossocial da VEP. " (fls. 7-8)

Aduz, que "mesmo que tenha sido concedida a prisão domiciliar humanitária a uma das irmãs da paciente, isso não se mostra suficiente, pois representa desproporcionalidade deixar a responsabilidade dos cuidados de uma família inteira sob somente uma pessoa. 16. Em outras palavras, a irmã da ora genitora não tem condições de atender integralmente as demandas de 4 crianças menores e da mãe. 17. As crianças possuem idades variadas - Yuri, 7 anos; Maria Luiza, 7 anos; Ryan, 2 anos e Thamires, 12 anos - e, logo, necessitam de cuidados diferentes e específicos. Além de serem todos menores, demandando atenção total em razão do estado de dependência decorrente da idade. " (fl. 08)

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que a paciente

seja colocada em regime domiciliar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente